

Escândalo do Orçamento envolve Collor

■ Ex-presidente da Comissão do Orçamento diz na CPI que as propostas do Executivo chegavam até a Câmara “carimbadas”

Brasília — Jamil Bittar

BRASÍLIA — O deputado Messias Góis (PFL-SE), que presidiu a Comissão Mista de Orçamento em 1992, disse ontem à CPI que o Executivo colocava na proposta orçamentária verbas carimbadas — com destinação específica — de interesse de alguns parlamentares. “Todas as dotações, das páginas 464 a 520 da proposta orçamentária enviada pelo governo Collor, vinham com destino certo, eram carimbadas”, afirmou. Góis disse também que o Executivo se utiliza dos projetos de pedido de crédito suplementar “para escapar da execução do Orçamento e para promover muita coisa escabrosa”. O deputado, que depôs durante três horas, admitiu ter sonegado ao Imposto de Renda sua participação na Rádio FM Aracaju. “Nunca declarei minha participação”, afirmou.

O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), começou sua inquirição querendo saber sobre a participação acionária de Góis em outra emissora, a Rádio Imperatriz do Campo, no município de Dias Barreto. Sua resposta foi que tinha solicitado a concessão para o irmão do governador João Alves, Roberto Alves, mas que não tinha nenhuma participação. A informação foi desmentida pelo relator, mais adiante, depois de receber informe do Ministério das Comunicações de que o nome de Messias Góis constava como sócio.

Intermediação — Os dados do Ministério são de que Góis detém 10% das cotas da FM Aracaju, não 1%, como dissera à CPI. Ele também confirmou, ao responder questões do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que usou os serviços da Seval, empresa que intermedia a liberação de recursos, para apresentar projetos de saneamento beneficiando quatro ou cinco municípios sergipanos. “Pedi ao senhor Normando Leite (dono da Seval) que



Messias Góis: Executivo aproveitava projetos de crédito suplementar para promover “coisas escabrosas”

revisasse os projetos, mas nenhuma das dotações foi liberada”.

Foi na inquirição do senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA), no entanto, que Góis prestou as informações mais relevantes. Ele lembrou que o Orçamento enviado pelo governo Collor para ser executado este ano estava cheio de verbas carimbadas. “Toda dotação que vinha com destino certo era carimbada; os ministros de Collor destinaram verbas para pequenas obras”, disse, ao confirmar que existia um esquema de privilégio envolvendo funcionários do Executivo e alguns parlamentares.

Os créditos suplementares foram criticados por Messias Góis por serem uma maneira de o Executivo não cumprir o Orçamento. “O montante desses créditos é do tamanho do Orçamento, vem à última hora para ser votado e sem os critérios de distribuição regional previstos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)”, denunciou.

Messias também acusou as lideranças partidárias e as Mesas da Câmara e do Senado de não terem se preocupado em melhorar o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento. “Ela não funciona melhor por omissão”, disse. Ele também se defendeu da suspeita de troca de emendas (*troca de chumbo*) envolvendo o deputado José Luís Maia (PPR-PI). “Não houve *troca de chumbo*”, disse, ao responder colocação feita pelo deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), de que Maia (relator da Secretaria de Desenvolvimento Regional) havia aprovado em seu relatório 51 emendas, 24 delas beneficiando Sergipe.

Sem resposta — O depoente deixou duas questões concretas sem resposta. A primeira delas, levantada pelo deputado Luiz Máximo (PSDB-SP), sobre irregularidades na aplicação de recursos destinados ao município de Nossa Senhora das

Dores. Em 18 de maio de 1992, foram liberados pelo Ministério da Ação Social CR\$ 300 milhões para o município, atendendo emenda de Góis, mas parte deste dinheiro foi parar na conta de um funcionário municipal, Giderbal Vieira de Souza.

“Não sei como foram aplicados os recursos; acompanhei o assunto somente até a liberação”, disse, ao confirmar que esteve com o ministro Ricardo Fiúza em companhia do prefeito José Américo Almeida Filho. Messias Góis ficou sem responder à indagação feita pelo deputado Zaire Resende (PMDB-MG) sobre sua declaração de rendimentos. “Não sei explicar, não tive acesso a estes dados, mas me disponho a esclarecer tudo na subcomissão”, respondeu. Sua declaração de 1990 informa que ele não tinha disponibilidade financeira, mas em 2 de janeiro sua conta recebeu um depósito de US\$ 17 mil.